

## Ficha de unidade curricular

### Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica – Especialidade Direitos Fundamentais

Unidade curricular

**Regime Constitucional de Direitos Fundamentais II**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

**Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro**

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

-----

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

São objetivos da U.C. dotar os alunos dos conhecimentos teóricos e práticos que lhes permitam lidar com as questões jurídico-constitucionais relevantes na proteção dos Direitos Fundamentais, no ordenamento constitucional português.

Para além das questões atinentes à Interpretação das Normas Constitucionais de Direitos Fundamentais, cumpre realçar alguns aspetos da Constituição dos Direitos Fundamentais em ação através do estudo de alguns direitos fundamentais em especial.

Esta UC pretende ainda que os alunos adquiram as competências necessárias à perceção dos impactos específicos das Novas Tecnologias e do Ciberespaço na proteção dos Direitos Fundamentais, na Ordem Constitucional Portuguesa.

Conteúdos programáticos:

#### **I. Hermenêutica e Interpretação Constitucional:**

1. Conceito, Método e Critérios Metodológicos;
2. Impactos do Ciberespaço na Interpretação: A Interpretação Constitucional Tecnologicamente Neutra;
3. Exceção Constitucional e Direitos Fundamentais na Ordem Constitucional Portuguesa;

#### **II. Alguns Direitos Fundamentais em especial:**

4. Os Direitos Fundamentais da Comunicação;
  - 4.1. Da Conveniência do Modelo Principlológico e de uma Conceção Ampla dos Direitos, Liberdades e Garantias Comunicativas;
  - 4.2. Dos Limites Constitucionais do Direito à Informação: Informação Versus Segredo de Justiça e Segredo do Estado;
  - 4.3. O Problema Constitucional da Intervenção Prévia sobre as Liberdades Comunicativas: Determinabilidade, *Chilling Effect* e Censura;
  - 4.4. A Proteção da Liberdade de Expressão e da Liberdade de Informação no Ciberespaço;
5. Privacidade e Direito à Autodeterminação Informacional no Ciberespaço:



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

- 5.1. Os Metadados e a Proteção Constitucional do Sigilo das Comunicações;
- 5.2. Constituição Portuguesa e Proteção de Dados: As Novas Regras da UE de Proteção de Dados;
- 5.3. Em especial, o novo Regulamento Geral de Proteção de Dados.
6. “*Net Neutrality*” e Direito de Acesso à Internet; Tendências constitucionais dos Ordenamentos dos EUA e da UE;

### **III. Impactos do Ciberespaço e das Novas Tecnologias na Proteção dos Direitos Fundamentais na Ordem Constitucional Portuguesa;**

7. A Erosão da Reserva de Lei e os Direitos, Liberdades e Garantias no Ciberespaço;
8. Justiça Constitucional Portuguesa e Proteção de Direitos Fundamentais do Ciberespaço;
  - 8.1. Normas Tecnológicas e Sindicabilidade Jurídico-constitucional: Da Relevância Jurídico-constitucional do *Code* e dos Algoritmos;
  - 8.2. Constituição Portuguesa e Primado do Direito da União Europeia;

#### Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos desta Unidade Curricular estão em consonância com os seus objetivos pedagógicos, porquanto privilegiam uma abordagem teórico-prática do sistema constitucional de Direitos Fundamentais, ancorada no regime de proteção da Constituição Portuguesa de 1976.

#### Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Nesta Unidade Curricular serão utilizadas as seguintes metodologias de ensino e aprendizagem: 1) Aulas teóricas: exposição teórico-problemática dos conteúdos programáticos, susceptíveis de estimular o espírito crítico dos discentes. 2) Aulas práticas [discussão e resolução de casos práticos, análise de Acórdão);

3) A avaliação processar-se-á da seguinte forma:.

- Apresentação Oral e Discussão na Aula de Jurisprudência pelos alunos – (20 por cento);
- Realização de um Teste Final escrito no final do Semestre. (30 por cento)
- Exame Escrito (50 por cento);

#### Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino delineadas estão em coerência com os objetivos de aprendizagem, atenta a relevância da dupla natureza teórico-prática das respetivas aulas, inclusive a análise crítica da jurisprudência relevante para os conceitos a apreender pelos alunos.

#### Bibliografia principal

**ALEXANDRINO, José de Melo**  
(2011a) “Como ler a Constituição: algumas coordenadas”, in *Elementos de Direito Público Lusófono*, José Melo Alexandrino, Coimbra Editora, Coimbra; pp. 17-41;



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

(2006) *A Estruturação do Sistema de Direitos, Liberdades e Garantias na Constituição Portuguesa. Raízes e Contexto*, Vol. I; *A Construção Dogmática*, Vol. II, Almedina: Coimbra;  
(1998) *A Atividade Constitucional da Televisão*, Coimbra Editora: Coimbra.

#### **ALEXY, Robert**

(2011) “Sobre a estrutura de los derechos fundamentales de protección”, in *La Teoria Principialista de los Derechos Fundamentales*, Marcial Pons: Madrid; pp. 119 – 135;  
(2004), *Epílogo a la Teoria de Los Derechos Fundamentales*, Madrid (1985) *Teoria de los Derechos Fundamentales*, Trad. Esp. Centro de Estudios Constitucionales: Madrid.

#### **BRÍZIDA CASTRO, Raquel Alexandra**

- (2017a) “*Ciberespaço e Constituição*”, in *Boletim da Ordem dos Advogados*, Julho de 2017;  
[http://boletim.oa.pt/oa-02/opiniao\\_raquel-alexandra-brizida-castro](http://boletim.oa.pt/oa-02/opiniao_raquel-alexandra-brizida-castro)  
(2017b) “*Novas Tecnologias, Ciberespaço e Mutações Constitucionais: Da Perda da Inocência Algorítmica à Relevância Jurídico-constitucional dos Factos e Normas Tecnológicas*”, in *Nos 40 anos da Constituição*, Organização de Jorge Miranda, ICJP/AAF DL: Lisboa, (no prelo); pp. 114-165.  
(2016a) *Constituição Lei e Regulação dos Media*, Almedina: Coimbra;  
(2016b) “*Constituição e Ciberespaço: Argumentos para um “Direito Constitucional do Inimigo”?*”, in *Cyberlaw By CIJIC*, Revista do Centro de Investigação Jurídica do Ciberespaço da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, n.º 1, disponível online:  
<http://www.cijic.org/publicacao/>  
(2016c) “*Da Relevância Constitucional do Modelo Principiológico e do Método Ponderativo para a Delimitação do Perímetro Protetivo dos Direitos e Liberdades Comunicativas*”, in *Liber Amicorum Manuel Simas Santos*, Rei dos Livros: Lisboa; pp. 1101-1127;  
(2015) “*Normas implícitas e Normas Constitucionalmente Devidas “ad casum” e a Pretensa Quadratura do Círculo Processual Constitucional: Recapitulação, Desmistificação e Tentativa de Reconstrução*”, in *Estudos em Homenagem a Rui Machete*, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 851-881;  
(2014b) *Media, Direito e Democracia*, Coord. Carlos Blanco de Moraes, Maria Luísa Duarte e Raquel Alexandra Brízida Castro, Almedina: Coimbra;  
(2012a) - *As Omissões Normativas Inconstitucionais no Direito Constitucional Português*, Almedina. Coimbra;  
(2012b) - “*Por uma Fiscalização Concreta e Difusa das Omissões Legislativas Inconstitucionais que violam Direitos, Liberdades e Garantias*”, in *Obra Colectiva de Homenagem ao Professor Doutor Jorge Miranda*, Volume III, Coimbra Editora: Coimbra; pp. 471-512.

#### **MIRANDA, Jorge**

(2008) *Manual de Direito Constitucional*, Tomo IV, 4.ª Ed. Coimbra Editora: Coimbra;

#### **MORAIS, Carlos Blanco de**

(2014a) *Curso de Direito Constitucional, Tomo II*, Coimbra Editora: Coimbra;

#### **NOVAIS, Jorge Reis**

(2012) *Direitos Fundamentais e Justiça Constitucional em Estado de Direito Democrático*, Coimbra Editora: Coimbra;  
(2004), *Os Princípios Constitucionais Estruturantes da República Portuguesa*, Coimbra Editora, Coimbra;



FACULDADE DE DIREITO  
Universidade de Lisboa

(2003) *As Restrições aos Direitos Fundamentais Não Expressamente Autorizadas Pela Constituição*,  
Coimbra Editora: Coimbra;